

Brasília, março de 2012

Especial - Seminário da Contua no Brasil



FASUBRA Sindical
Filiada à **CONTUA** ISP **CEA**

Autonomia e democracia nas universidades e o papel dos hospitais universitários



Nos dias 1 e 2 de março, cerca de 80 sindicalistas do Brasil e da América Latina participaram do 1º Seminário Internacional da Contua: Autonomia e democracia nas universidades e o papel dos hospitais universitários. Durante os dois dias de debates, representantes sindicais expuseram e analisaram a situação dos hospitais universitários em seus respectivos países, visando criar uma bandeira de luta unificada. O encontro aconteceu no Plenário 1 da Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal.

A luta da Fasubra é a luta da Contua

Às 10h, parte da Câmara dos Deputados ouviu a empolgante percussão brasileira do Grupo Cultural Batukênjé abrir o primeiro Seminário internacional de autonomia e democracia nas universidades e o papel dos hospitais universitários. Além de mostrar um pouco da cultura brasileira, a música entoada pelo Batukênjé saudava os diversos representantes das universidades da América Latina.

Antes de iniciar as temáticas, a mesa de abertura do Seminário, composta pelo secretário geral da Contua, Marcelo Di Stefano (da Associação de Pessoal da Universidade de Buenos Aires – Apuba), e pelos coordenadores da Fasubra Sindical, Léia de Souza Oliveira, Rolando Rubens Malvásio e Paulo Henrique dos San-

tos saudou os presentes no plenário 1, da Câmara dos Deputados. A coordenadora Léia de Souza começou evidenciando a satisfação da Fasubra em sediar esse seminário: “A Fasubra abraçou o projeto da construção da Contua, um projeto ousado, a fim de atuar efetivamente na construção de um plano global que instrumentalizasse os trabalhadores da América Latina e Caribe na luta em defesa da universidade pública, democrática e referenciada socialmente”. Rolando Rubens, outro coordenador da Fasubra, simplificou a importância desse debate: “esperamos produzir políticas nesses dois dias de debate”.

Marcelo Di Stefano falou sobre a importância da Fasubra na representatividade dos servidores técnico-



“A Fasubra abraçou o projeto da construção da Contua a fim de atuar efetivamente na construção de um plano global que instrumentalizasse a luta em defesa da universidade pública”, afirmou Léia de Souza Oliveira

administrativos da América Latina: “numericamente falando, a Fasubra é a organização mais representativa de todas as organizações que integram a Contua. É um exemplo de debate e de entendimento democrático, além de ser uma organiza-

ção sindical de muita significação para os trabalhadores técnico-administrativos das universidades”. E finalizou, ao som de aplausos: “a luta do trabalhador técnico-administrativo do Brasil é a luta de todo trabalhador técnico-administrativo do con-

tinente. A luta da Fasubra é a luta da Contua”.

Todos os membros da mesa apontaram a importância da troca de experiências para favorecer suas respectivas universidades e, logo, o ensino superior da América Latina.

Primeiro dia

Modelo de Autonomia nas Universidades da América

“Nós [Fasubra] não concebemos autonomia sem democracia”. Foi a partir dessa premissa que Léia de Souza iniciou sua apresentação sobre o modelo de autonomia nas universidades, o primeiro painel do dia.

Léia de Souza explanou sobre o direito ao exercício da autonomia universitária, incluída, após luta dos movimentos organizados, na Constituição Federal de 1988. Tal autonomia (didática, científica, administrativa, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial) está articulada ao princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que constituem o

modelo da universidade brasileira, além da auto-gestão de seus recursos financeiros e de seu pessoal. Para a coordenadora da Fasubra, esse modelo de autonomia, “deve ser submetido ao controle social para que não haja uma confusão entre autonomia e soberania, tampouco pequenos reinados”. “Só que o controle social hoje é efetivado através de uma forma muito limitada, já que não temos uma autonomia plena. Ele está limitado à atuação dos colegiados superiores”.

Democracia de acesso e gestão

Ao falar sobre a democracia de acesso, Léia

de Souza fez uma breve explanação com respeito às políticas de cotas racial e social. : “Um dos debates que a Fasubra tem feito é com relação à democracia do acesso. A Fasubra foi a primeira entidade nacional a defender, e que está incluído no nosso projeto de lei, a aplicação de políticas reparatórias, através de ações afirmativas, com adoção de cotas étnicas, raciais e sócias. Nós achamos que a nação brasileira tem uma dívida com os afro-descendentes. A maioria da população ainda está excluída da universidade. Então as políticas de cota nada mais

são do que uma reparação a essa dívida que temos com os afro-descendentes”.

A política de democracia do acesso proposta pela Fasubra, visa garantir a igualdade de oportunidade para todos. Aliada a essa política de cotas, a Fasubra defende, também uma política de permanência. “Não adianta garantir o ingresso em uma universidade se não houver programas de

acompanhamento que garantam ao aluno trabalhador permanecer na instituição de ensino”, pontua Léia de Souza.

Outro ponto abordado pela coordenadora foi com relação à democracia de gestão: “nós temos que abrir a universidade para a sociedade. Nós defendemos que os usuários da universidade tenham assento nos conselhos da universidade”.

A Fasubra representa universidades federais, estaduais e municipais. Apenas nas universidades federais, a Fasubra representa 180 mil trabalhadores. Se contar com os trabalhadores das universidades estaduais e municipais, a Fasubra representa cerca de 400 mil servidores.

O neoliberalismo e o sucateamento das universidades

Os anos 90 começaram com a instabilidade gerada pelo governo Fernando Collor, que confiscou poupanças, proliferou o neoliberalismo e patrocinou a política de Estado mínimo. Como uma das marcas principais deste período, está a privatização das empresas estatais e o sucateamento das universidades brasileiras, impulsionada também pela abertura de instituições de ensino superior privadas, indicando uma clara indução à privatização desse nível de ensino. O fato, definitivamente, foi decisivo para o atraso da evolução das instituições de ensino superior. Ainda hoje, os ares neoliberais influenciam nos rumos das universidades brasileiras e de toda América Latina, que se veem com o financiamento justo e a consequente retração de qualidade social. O tema foi discutido durante o primeiro dia do Seminário da Contua,

durante o painel “Evolução, financiamento e qualidade social das universidades”.

Dentre as menos prejudicadas com a política neoliberal, o sistema público de educação superior no Brasil é demarcado pela necessidade do estabelecimento de políticas de financiamento. Atualmente, as universidades brasileiras se sustentam parte pelo Fundo Público Federal e parte de recursos próprios. Para a Fasubra, “a União deve destinar, anualmente, às universidades públicas autônomas nunca menos do que 75% dos recursos totais aplicados por ela em educação, vinculados à receita resultante de impostos”. Atualmente, o investimento na educação garantido na lei é de, no mínimo, 18%.

No Brasil, existem alguns mecanismos favoráveis à evolução das universidades com qualidade social. Exem-

plo disso é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. “Se na prática o Sinaes fosse executado, o Brasil teria outra qualidade no ensino superior”, denuncia a expositora da Fasubra, Fátima Reis. “A qualidade social da universidade ela pode não atingir o seu potencial no total, mas os programas existentes são realmente de altíssima qualidade não só no meu ponto de vista, mas no ponto de vista do usuário”, avalia a dirigente sindical.

Nos outros países da América Latina, mais afetados ainda pela política neoliberal, a história se repete. “Apesar dos poucos recursos financeiros, nos esforçamos para que a extensão da universidade seja para todos”, afirma Mario

“

Se na prática o Sinaes fosse executado, o Brasil teria outra qualidade no ensino superior

Hernandez, do STUSC/Guatemala. De acordo com ele, as universidades são marcadas pela precarização das relações de trabalho com os servidores das instituições de ensino superior, o que enfraquece ainda mais as chances de evolução e de ampliação da qualidade social das universidades.

De acordo com Edinson Mendez, do Sintraunicol/Colômbia, os governos que o país teve até agora têm a clara intenção de retirar a força da educação superior pública para fortalecer a educação privada, prejudicando os princípios de qualidade e evolução. “A realidade que vivemos no nosso país é de desfinanciamento”,

interpreta. Segundo Alfredo Peña, da Affur/Uruguai, o governo se comprometeu a investir 4,5% do Produto Interno Bruto do país em educação. “Até agora, o governo avançou muito pouco”, explanou. Já Álvaro Madrigal-Mora, do Situm/Costa Rica, “o governo tem que aplicar até 6% do PIB na Educação, mas a luta é no sentido de que esse percentual suba para 8%”. De acordo com Mora, os próprios reitores negociam o financiamento das universidades, o que, necessariamente, abre espaço para, de uma forma ou de outra, ter uma gestão compartilhada com o governo.

A autonomia universitária e a construção da democracia



Para Ana Beneditto (UTCH - Uruguai), “É preciso uma transformação que passa por consensos internos de uma política definida de qual universidade queremos”

Vinculada aos direitos fundamentais da comunidade de uma universidade, a autonomia universitária ainda está longe de ser uma forma livre de preconceitos para uma racionalidade didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial. Ape-

sar de ser uma aliada ao fortalecimento da democracia – garantida no artigo 207 da Constituição Federal brasileira –, o ranço conservador dos dirigentes das universidades emperra o real crescimento da instituição, através, principalmente, da desvalorização do

trabalhador técnico-administrativos. O tema compôs o painel “Modelo de autonomia das universidades da América”.

Para a coordenadora geral da Fasubra, Leila de Souza, “a democracia da universidade passa pela democracia da gestão”. A sindicalista lembrou que, atualmente, os técnico-administrativos das universidades do Brasil têm assento em todos os órgãos colegiados, inclusive no conselho superior. Entretanto, neste conselho, 70% do peso de decisão fica a cargo dos docentes. “Em uma universidade, todos têm o mesmo papel: o de garantir a qualidade da educação”, rebate a coordenadora geral da Fasubra.

Leila de Souza ainda lembrou que “não há lei que proíba a ocupação de qualquer cargo da faculdade, exceto

o de reitor, por um servidor técnico-administrativo”. A abertura qualifica a mão de obra e promove um alinhamento da importância da atuação dos docentes, servidores e dirigentes das universidades brasileiras. Entretanto, não fosse a luta dos sindicatos de base e da Fasubra, os técnico-administrativos ocupariam quase nenhum cargo de chefia/coordenação nas universidades.

A realidade do Brasil é compartilhada com os outros países da América Latina. Na Colômbia, apesar de ter o preceito constitucional garantido, o atrelamento do governo com a política de gestão das universidades complica a real aplicação do que seria a representação da democracia. A questão se agrava com o dado de que os servidores técnico-administrativos das universi-

dades do país não são fixos, o que enfraquece a luta da categoria e, consequentemente, a real aplicação da autonomia universitária. “Não vamos permitir que a educação da Colômbia se acabe com o governo mercantilista”, rebate a palestrante Liliana Guzman, do Sintraunicol.

Ana Beneditto, da UTHC-Uruguai, conta que a Universidad de la Republica conta com um co-governo que representa estudantes, docentes e trabalhadores. Segundo ela, a questão da paridade é “que mais preocupa”. “É preciso uma transformação que passa por consensos internos de uma política definida de qual universidade queremos”, avalia. Já para Marvin Sonarriba, da Fesitun/Nicarágua, a “política de autonomia deve privilegiar aspectos comuns”.

O papel dos hospitais universitários



Diego Alonso: “os hospitais universitários produzem 30% da saúde do país (Uruguai)”

“Em todos os países da América Latina existem hospitais universitários, que são muito importantes para a sociedade. O debate de hoje está no papel que esses hospitais devem seguir”. Frase de Diego Alonso (UTHC - Uruguai), que abriu o segundo e

último dia do Seminário Internacional da Contua. O painel sobre hospitais universitários priorizou, basicamente, três questões pontuais: o papel do hospital e do governo, a necessidade de controle social dos hospitais universitários e a criação da Empresa Brasileira

de Serviços Hospitalares (EB-SERH).

A primeira mesa do dia foi composta pelos representantes da Apuba: Miriam Bonajo e Elza Canijo; e da Fasubra: Paulo Henrique Rodrigues dos Santos e Luiz Antônio de Araújo Silva.

Diego Alonso falou sobre o financiamento dos hospitais universitários no Uruguai, financiados apenas pela universidade. Ou seja, não há qualquer outro recurso que garanta o funcionamento do hospital: “Nenhum recurso provém do sistema de saúde ou do Governo. E os hospitais universitários produzem 30% da saúde do país, e de grande complexidade, já que algumas atividades que são feitas apenas nesses hospitais”.

Os hospitais universitários no Uruguai possuem valor social, porém não recebe recurso do governo. É a partir dessa premissa que Di-

ego pontua a necessidade de promover uma revolução no modelo econômico, de forma a favorecer o interesse da população: “O que se propõe hoje, em termos de hospitais universitários, é um conflito de classe entre aqueles que querem fazer prevalecer o mercantilismo e os que defendem o interesse da população”.

O debate sobre a gestão dos hospitais universitários está vinculado ao papel do hospital. De acordo com Alonso, “acreditamos que o papel do hospital é fortalecer-se para desenvolver um atendimento de qualidade, de valores assistenciais que tem haver com a dignificação do ser humano e a democratização do conhecimento”.

Em seguida, Miriam Bonajo e Elza Canijo discorreram sobre a importância dos hospitais universitários na Argentina. De acordo com Miriam, “o interesse principal

dos hospitais universitários é o atendimento de qualidade para toda a população”.

Segundo as palestrantes, os hospitais universitários do país (cinco, ao todo) são privados e responsáveis por 40% do atendimento à população. Porém, não atuam com força máxima. “Sofremos com o orçamento que não é próprio, a falta de representantes com voz e voto nos Conselhos Superiores, e a necessidade de integrar e regularizar a situação de diversos trabalhadores em regime precário que estão nos nossos hospitais”, afirma Miriam.

Por se tratar de hospitais privados, o papel do estado está apenas na coordenação do sistema de saúde. No entanto, para Elza Canijo, “nós, como trabalhadores, queremos um hospital público, que conheça a necessidade da população”.

Sistema de saúde no Brasil

Paulo Henrique dos Santos, explanou sobre importância dos hospitais universitários como “espaço de formação de profissionais para a saúde”.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma vitória dos movimentos sociais, que visava atender toda a demanda da população. Ocorre que para o funcionamento correto desse sistema, há a necessidade de investimento dos governos Federal, estadual e municipal, já que haveria uma distribuição descentralizada de atribuições, tarefas e obrigações. No entanto, com a realidade capitalista, Paulo Henrique afirma que “o que tem permanecido

no país é o mercado da saúde. E aí entram os hospitais universitários, neste papel, como um espaço de atenção à saúde”.

O debate sobre hospitais universitários entra no mérito da autonomia universitária. Nesse contexto, Paulo Henrique usou o Hospital de Clínicas de Porto Alegre como exemplo para falar do embate entre autonomia universitária e a formação de profissionais. Segundo o representante da Fasubra, o “Hospital de Clínicas de Porto Alegre é administrado por uma empresa pública. Porém, o nome ser empresa pública, não é, necessariamente, de direito público. É uma empresa do estado,

mas de direito privado. Logo, as regras de suas atuação são as mesmas da iniciativa privada”. A preocupação do dirigente está no objetivo final do hospital universitário. Ao ser comandado por uma linha de atuação capitalista, o atendimento social visará um objetivo quantitativo, ao invés do qualitativo. “Dessa maneira se começa a produzir profissionais para alimentar o capital”.

A perda da autonomia universitária está atrelada à falta de investimento dos governos, que deveriam ter construído uma rede de hospitais federais, vinculados ao Ministério da Saúde. Dessa forma, houve uma transferên-

cia de responsabilidade para os hospitais universitários. A falta de financiamento unida à obrigação da universidade em cumprir a demanda de atendimento à saúde, obrigou as universidades a utilizarem outros instrumentos para dar continuidade ao trabalho. Ou seja, os reitores começam a criar as fundações universitárias. As fundações, que são empresas das universidades, são de direito privado, acabam por usar o espaço do hospital segundo os interesses do mercado.

A Fasubra luta, também, contra a precarização do trabalho. Atualmente, 32 mil trabalhadores são contratados pelo regime jurídico

único, ou seja, são servidores públicos federais. Há mais cinco mil trabalhadores públicos, contratados pelo regime da CLT. E somados a estes, ainda há 27 mil trabalhadores precarizados. Para Paulo Henrique, “esse é o caso mais grave. São trabalhadores de prestação de serviços avulsos, sem contrato ou segurança no trabalho”. Ainda de acordo com o representante, “a Fasubra tem feito um debate na sociedade cobrando, principalmente, três pontos: o financiamento público para os hospitais públicos; a contratação de pessoal pelo regime jurídico único; e, extinção das fundações universitárias”.

Gestão dos Hospitais Universitários

A mesa composta por Ana Beneditto, UTHC (Uruguai) e pela diretora da Fasubra Janine Vieira debateu sobre as formas de gestão dos hospitais universitários na América Latina. A coordenação da mesa ficou por conta de Rosângela da Costa, também da Fasubra.

Beneditto fez um panorama das similaridades entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai na luta por melhoria no sistema educacional e de saúde. Principalmente no Uruguai e no Brasil, o papel dos hospitais universitários tem se desviado do ideal por interesses capitalistas: “Em todos os países da América Latina, a saúde tem se transformado numa ferramenta do capital e da indústria farmacêutica. Uma forma de lucro para as corporações médicas”.

A discussão sobre gestão dos hospitais passa pela questão da elevação do finan-

ciamento. O orçamento destinado ao atendimento da demanda pública é insuficiente. O que se propõe, segundo Ana, é a implantação de uma política de saúde concreta, voltada para o cidadão. “A nossa atenção deve estar fixada na necessidade da pessoa. Para isso, a gestão deve estar respaldada por um financiamento eficaz”. Além de um orçamento condizente, a gestão do hospital deve ficar a cargo da universidade. Só assim a academia se preocuparia com a “formação de profissionais capacitados ao mercado de trabalho”, afirma Beneditto.

Janine Vieira, representante da Fasubra, se baseou na relação entre o Sistema Único de Saúde e os hospitais universitários e a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Janine lembrou a importância da criação do SUS, que permitiu que grande parte da popula-

ção brasileira tivesse acesso à saúde. “Com o SUS houve a aprovação do atendimento integral ao cidadão, além da equidade e do controle social. Porém, o sistema de saúde brasileiro saiu de um patamar capitalista para um modelo de saúde socialista. Daí a dificuldade de implementação do SUS, já que, com esse modelo, o que se preza não é o lucro”. Ainda de acordo com Janine, quando aprovada a Constituição de 1988, não havia leitos na rede privada para atender ao SUS. Dessa forma, ele atua como uma rede complementar de saúde, que vem crescendo há cada ano.

Atualmente, os hospitais universitários realizam 89% dos transplantes feitos no Brasil. “Esses hospitais são referência em todo o País, principalmente quando os procedimentos são de média e alta complexidade” disse Janine. A luta contra a EBSERH, uma



Ana Beneditto: “Em todos os países da América Latina, a saúde tem se transformado numa ferramenta do capital”

das bandeiras da Fasubra, se apóia na eventual perda do controle social. Com a criação da EBSERH, os hospitais universitários terão administração própria, sem representantes da sociedade. “A Contua, assim como a Fasubra, entende que o Estado não tem que ser o mantenedor, e sim o fiscalizador”, completou.

Janine finaliza questionando como ficaria o apren-

dizado com a atuação da EBSERH: “Onde vão ficar os estudantes da rede pública e onde vão ficar os estudantes da rede privada, já que os hospitais podem fazer convênios? E hoje as instituições privadas que ministram cursos de saúde, utilizam os hospitais da rede pública. Isso é mais uma reforma de estado que vem para abrir o setor público à iniciativa privada.”.

Financiamento e controle social no SUS



Rolando Malvásio: dentro do SUS, dos hospitais e dos conselhos de saúde existe atuação da Fasubra”

Marcelo Di Stefano, Diego Alonso e o coordenador geral da Fasubra, Rolando Malvásio Júnior, foram os palestrantes do último painel do Seminário da Contua: Financiamento e Controle Social dos Hospitais Universitários, coordenada pelo diretor da Fasubra, Mário Garofolo.

Alonso falou sobre a financiamento dos Hospitais Universitários em seu país. “Atualmente, no Uruguai,

se discute que o hospital tem que ter um orçamento capitaneado pelo fundo nacional de saúde, que atualmente já financia o funcionamento dos hospitais universitários”.

Marcelo Di Stefano ressaltou que há uma diferença grande entre a forma de financiamento na Argentina e do Brasil. Na Argentina, toda a categoria profissional dos hospitais está incluída em uma convenção coletiva de trabalho, não havendo,

portanto, terceirização e contratos avulsos.

Rolando Malvásio fez a última apresentação do Seminário, uma análise sobre o SUS e sobre a atuação da EBSERH.

Uma das principais conquistas da Fasubra foi a criação da lei nº 8.080 que instituiu a criação do SUS, um sistema de saúde democrático. De acordo com o Rolando, “o melhor plano de saúde desse país”. A Fasubra, disse

Rolando, conquistou de voz e voto nos conselhos municipal, estadual e federal de saúde. “Dentro do SUS, dos hospitais e em conselhos de saúde existe atuação da Fasubra”. O conselho da universidade funciona da seguinte maneira: 50% para usuários e 50% para docentes, alunos e técnico-administrativos e gestores. Ou seja, metade desse conselho é para usuários, aqueles que usam o sistema. Já os conselhos municipal, estadual e federal de saúde são compostos por 50% de usuários; 25% de trabalhadores e 25% de gestores. “Assim são compostos os conselhos do SUS. Algo extremamente democrático”, frisa Rolando.

A Fasubra defende, também, a total responsabilidade do poder público de for-

ma interministerial e global, o financiamento e a garantia dos recursos destinados ao ensino, à pesquisa, à extensão e à assistência para serem utilizados conforme a demanda das universidades. Esses pontos fortaleceriam os hospitais universitários. Dessa forma, não haveria necessidade de existir a EBSERH, que legaliza o atendimento privado e a pesquisa privada. “Com a Empresa é possível investir em bolsa de valores, um absurdo, lógica totalmente produtivista baseada na meritocracia. E mais, o presidente da EBSERH não deve satisfação nenhuma ao reitor”, afirmou o palestrante. As bandeiras de luta expostas pelo representante da Fasubra visam um hospital universitário ideal: social, democrático e com qualidade de atendimento e ensino.

“Além de debater, devemos e vamos agir”

Às 16h20 de sexta-feira, dia 2 de março, terminou o 1º Seminário Internacional do Contua no Brasil. Léia de Souza analisou os dois dias de debate e afirmou que “estamos num patamar que não basta apenas denunciar, protestar. Temos que pensar em políticas mais concretas”.

Mário Garofolo, co-

ordenador da última mesa, propôs a criação de um grupo de trabalho da Contua, a fim de se desenvolver um plano de ação mais concreto, “para que haja uma atuação ainda mais sólida da Contua”, disse.

Por fim, Marcelo Di Stefano, elogiou a Fasubra pela organização o evento e pela força nos movimento

sindicais do Brasil. E finalizou o seminário mostrando que esse debate foi apenas o começo de uma luta, unificada por toda América Latina, pelo melhoramento do sistema de saúde: “apenas debater é para a categoria de educação. Nós somos uma categoria sindical. Além de debater, devemos e vamos agir”.



Entidades presentes no Seminário:

Argentina

APUBA - Asociación del Personal No Docente de la Universidad de Buenos Aires

Brasil

FASUBRA - Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras

SINTFUB - Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília

SINTUF-MT - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso

SINTESAM - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas
SINTET-UFU - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia

SISTA-MS - Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino do Estado do Mato Grosso do Sul

Colombia

SINTRAUNICOL - Sindicato de los Trabajadores y Empleados Universitarios de Colombia

Costa Rica

SITUN - Sindicato de Trabajadores/as de la UNA

Ecuador

FENASOUE - Federación Nacional de Sindicatos de las Universidades y Escuelas Politécnicas del Ecuador

Guatemala

STUSC - Sindicato de Trabajadores de la Universidad de San Carlos de Guatemala

Nicaragua

FESITUN - Federación de Sindicatos de Trabajadores Universitarios

Panamá

ASEUPA - Asociación de Empleados Universidad de Panamá

Uruguai

UTHC - Union de Trabajadores del Hospital de Clínicas
AFFUR - Agremiacion Federal de Funcionarios de la Universidad de la Republica

XXI CONFASUBRA

10 a 15 de Abril de 2012

Poços de Caldas - MG

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL - Léia de Souza Oliveira; Rolando Malvácio Júnior; Paulo Henrique Rodrigues dos Santos / **COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** - Raimundo Nonato Uchoa Araújo; Luiz Antônio de Araújo Silva / **COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SINDICAL** - Rosane Barcelos Souza; Sandro de Oliveira Pimentel / **COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO** - Rosângela Gomes Soares da Costa; Janine Vieira Teixeira / **COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS** - Pedro Rosa Cabral; Maria da Graça Ferro Freire / **COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E GÊNERO** - Luiz Macena da Conceição; Antônio Donizetti da Silva / **COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL** - João Paulo Ribeiro; Marcelino Rodrigues da Silva / **COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO** - Emanuel Braz; José Almiram Rodrigues / **COORDENAÇÃO DAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS** - Fátima dos Reis; Cristina Del Papa / **COORDENAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA** - Eurídice Ferreira de Almeida; Carla Cristina Bitdinger Cobalchini; Moacir Ferreira Cortes / **COORDENAÇÃO DA RAÇA E ETNIA** - Iaci Amorim de Azevedo; Rogério Fagundes Marzola / **COORDENAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL** - Jorge Luiz Teles Vieira; Mário Márcio Garofolo / **CONSELHO FISCAL** - Antônio Pinheiro da Silva Filho; Mozart Robério de Sá Siqueira; João Daniel de Moura; Ednaldo Bastista dos Santos; Umberto Carvalho Bastos. **Texto:** Thiago de Mello / **Diagramação:** Thiago de Mello / **Fotos:** Ronaldo Barroso / Impresso por Gráfica e Editora Qualidade / **Tiragem:** 5 mil exemplares.

FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras - fasubra@fasubra.org.br - (61) 3349-9151 - UnB - Pavilhão Multiuso, Bloco C, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília/DF